

BALTAZAR, Márcia C. **Sobrevivência, em 2020, de espaços e coletivos de Artes Cênicas localizados em territórios violentos de Campinas.** São Paulo: ECA/USP. Professora adjunta do Curso de Licenciatura em Teatro, Departamento de Teatro/Universidade Federal de Sergipe. Pós-doutoranda do Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas; área Pedagogia do Teatro; Escola de Comunicação e Artes/USP; supervisão Maria Lúcia Souza de Barros Pupo.

RESUMO

O estudo busca responder às perguntas: existem grupos ou coletivos de artes cênicas em Campinas que atuam em territórios com altos índices de violência? Como esses grupos sobrevivem no atual contexto político e pandêmico? Para entender a configuração do projeto cultural da e para a cidade, analisamos o Plano Municipal de Cultura de Campinas (PCULT) e a eleição do Conselho de Políticas Culturais do município. A partir de pesquisa da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas, selecionamos os territórios mais violentos da cidade. Através de levantamentos cartográficos sobre os grupos ou coletivos de artes cênicas da cidade, selecionamos os coletivos e/ou espaços culturais atuantes em locais marginalizados e com altos índices de violência; entrevistamos alguns de seus integrantes com focos nos usos da Lei Aldir Blanc (LAB), na participação durante a construção do PCULT e na eleição do novo conselho de cultura. Consideramos que o movimento de gestão participativa na Cultura em Campinas se mostra como estratégia democrática e de resistência no atual contexto político brasileiro e percebemos que a LAB representa uma forma de sobrevivência dos/as trabalhadores/as das artes cênicas durante a pandemia do COVID-19.

Palavras-chave: Plano de Cultura. Espaços culturais. Artes cênicas. Campinas. Violência.

ABSTRACT

The study seeks to answer the questions: are there performing arts groups or collectives in Campinas that operate in territories with high levels of violence? How do these groups survive in the current political and pandemic context? To understand the configuration of the cultural project in, and for, the city, we analyzed the Municipal Culture Plan of Campinas (PCULT) and the election of the Council of Cultural Policies of the municipality. Based on research by the Federation of Assistance Entities of Campinas, we selected the most violent territories in the city. Through cartographic surveys about the performing arts groups or collectives in the city, we select the collectives and / or cultural spaces that acts in marginalized places with high levels of violence; we interviewed some of its members with focus on the uses of the Aldir Blanc Law (LAB), participation during the construction of the PCULT and in the election of the new culture council. We consider that the participatory management movement in Culture in Campinas shows itself as a democratic and resistance strategy in the current Brazilian political context and we realize that LAB represents a way of survival for the performing arts workers during the COVID-19 pandemic. .

Keywords: Culture Plan. Cultural spaces. Performing arts. Campinas. Violence.

Ao lado do prêmio conquistado, em 2019, de cidade mais inteligente e conectada do Brasil, Campinas também é uma “antacidade dispersa, fragmentada, extensiva e segregada” (FIGUEIREDO, 2020). Devido à construção de uma cidade movida por especulação imobiliária, rodoviarismo (FIGUEIREDO, 2020) e industrialização do interior paulista (ROXO, 2020), e tendo um passado escravocrata que deixou sequelas muito fortes, ainda é uma realidade a cisão figurada pela rodovia Anhanguera que separa a população da cidade em norte e leste, economicamente rica, e oeste e sul, economicamente pobre. No entanto, na última década, urbanistas (CUNHA & FALCÃO, 2017) notam alterações na relação entre ocupação espacial e renda na região metropolitana de Campinas devido, sobretudo, a empreendimentos imobiliários nas regiões sul e oeste que têm atraído os novos ricos¹.

Também no campo do teatro, Campinas é cindida. Após uma breve pesquisa sobre a história do teatro em Campinas através da leitura do livro de Teresa Aguiar (1992), de documentos históricos, como a ata de fundação da FECAMTA (Federação Campineira de Teatro Amador), primeira associação de teatro amador do Brasil, e a realização de entrevistas formais e informais com fazedores de teatro que atuaram em Campinas no período de 70 a 90 do século passado², pontuamos dois momentos que, do nosso ponto de vista, foram divisores de águas quanto à segregação étnico-racial, cultural, econômica e territorial entre os artistas de artes cênicas da cidade: 1) profissionalização dos artistas e técnicos em espetáculos de diversões e a mercantilização do uso das salas de teatro públicas da cidade, que criaram uma rixa entre profissionais e amadores e 2) fundação dos cursos de Artes Cênicas e Dança da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), que criou uma diferenciação entre produtos artísticos oriundos de pesquisas de linguagens e produtos comerciais ou amadores³. Faz-se notar que o vestibular

¹ Outro artigo sobre a expansão territorial de Campinas e os índices georreferenciados de homicídios na cidade está sendo elaborada como parte da pesquisa de pós-doutorado “Ações teatrais em territórios violentos”, financiada pela Universidade Federal de Sergipe e realizada na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, sob supervisão da professora Dr^a. Maria Lúcia Souza de Barros Pupo.

² Agradecemos as conversas informais com José Tonezzi e Jonas Lemos e as entrevistas gravadas ou escritas com Marcos Brytto, Roberto Boni e Crispim Júnior, as quais serão melhor desenvolvidas em outro artigo sobre a história do teatro de Campinas.

³ Mais um artigo está sendo escrito sobre as pistas sobre o teatro de Campinas que foram encontradas na pesquisa de pós-doutorado.

da UNICAMP só passou a equalizar o acesso de estudantes oriundos de escolas públicas em 2005 e de autodeclarados pardos e pretos em 2019, ou seja, até bem pouco tempo atrás estudar na UNICAMP era um privilégio, geralmente, de uma classe que conseguia pagar o estudo dos/as seus/suas filhos/as no ensino médio em escolas particulares.

Porém, nos últimos sete anos, aconteceu um movimento de integração socioterritorial, artística e cultural protagonizado pelo Fórum Permanente de Cultura de Campinas que nos faz esperar por uma construção participativa, democrática, reparadora e igualitária de política cultural da e para a cidade. Essa mobilização foi empreendida por pessoas jovens, muitos universitários ou já graduados e/ou moradores de Barão Geraldo⁴, que tomaram o espaço de participação política democrática e não só elegeram representantes do Conselho de Cultura, mas realizaram diversas atividades de articulação e busca pela participação da classe artística, movidos por um ideal de construção de uma política de Cultura inclusiva, territorial e realmente pública para o município.

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA E NOVO CONSELHO DE CULTURA

Desde 2013, Campinas firmou com o Ministério da Cultura o acordo de Cooperação Federativa para o Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC), o qual indica a necessidade da seguinte estrutura aos entes federados em relação à pasta governamental Cultura: órgãos gestores, conselhos de políticas culturais, conferências, comissões intergestores, planos de cultura, sistemas de financiamento, sistemas de informação e indicadores culturais, programas de formação na área cultural e sistemas setoriais de cultura.

O Plano Nacional de Cultura, lançado em 2010, deveria ter sido avaliado em 2020 e um novo plano nacional deveria ter sido lançado neste ano. No entanto, não só devido à pandemia, mas a um total desinteresse do atual governo brasileiro na figura do presidente Bolsonaro por uma gestão

⁴ Distrito da região norte de Campinas e onde fica a UNICAMP.

participativa e pela cultura, a revisão do plano, o qual está garantido constitucionalmente, foi adiada para 2022, mantida a validade do primeiro Plano de Cultura até lá (SENADO FEDERAL, 2020).

Na contramão da desmobilização política nacional, conduzida pelos entes governamentais, o Conselho Municipal de Cultura de Campinas, principalmente a composição de representantes entre os anos 2016 e 2020, conseguiu construir um processo de articulação democrática que culminou com a aprovação, em 8 de outubro de 2020, do Plano Municipal de Cultura de Campinas, do Sistema Municipal de Cultura de Campinas, nos moldes do SNC, e da instituição do Conselho Municipal de Políticas Culturais.

O antigo conselho, denominado Conselho Municipal de Cultura⁵, era composto por 15 membros, sendo seis representantes da administração municipal e nove representantes da sociedade artístico e cultural campineira. Vale ressaltar que o fato do músico e professor universitário, Ney Carrasco, ter se mantido como secretário de cultura do município durante oito anos, desde 2012, colaborou para a efetivação da reformulação do Conselho de Cultura e a implantação do Plano de Cultura.

Já os nove representantes da sociedade civil eram indicados pelo Fórum Permanente de Cultura de Campinas (FPCC), ou seja, o Fórum foi o ninho dos representantes da sociedade civil e destacamos com aplausos o trabalho de mobilização territorial empreendida, principalmente, pela diretoria do FPCC⁶. O trabalho do Fórum nesses anos foge do escopo deste artigo. Salientamos apenas que o FPCC foi muito atuante na proposição junto à Secretaria Municipal de Cultura de estratégias de repasse dos recursos da Lei Aldir Blanc⁷ aos/às trabalhadores/as de cultura campineiros em 2020, durante a pandemia do COVID-19. Deixamos aqui as referências de material publicado na *internet* contendo atas, composição representativa, legislação⁸, agenda⁹ e notícias¹⁰

⁵ Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/conselho-cultura.php>.

⁶ Agradecemos a conversa informal com Cassiane Tomilheiro e a entrevista gravada com Maíra Schiavinato Massei, ambas representantes do FPCC.

⁷ A Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020) estabelece mecanismos e critérios para garantir apoio às trabalhadoras e trabalhadores da cultura e à manutenção de espaços culturais com atividades interrompidas por força da pandemia causada pelo COVID-19.

⁸ Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/conselho-cultura.php>.

⁹ Disponível em: <https://m.facebook.com/ForumdeCulturadeCampinas/>.

sobre o FPCC, com o convite a outros pesquisadores para o registro e a análise mais detalhados desse processo de mobilização.

O primeiro Plano Municipal de Cultura (PCULT) da cidade, aprovado em 2020, foi norteado pela lei do Plano Diretor Estratégico de Campinas¹¹, no qual há uma caracterização dos territórios e propostas para seus desenvolvimentos urbanos, assim, no PCULT propõe-se pensar a cultura nas 18 áreas de planejamento e gestão (APG's) da cidade.

O Plano Diretor de Campinas é o atual instrumento básico da política de desenvolvimento e da expansão urbana do município. Nele foram criadas quatro zonas especiais de preservação cultural (ZEPEC's): 1) Barão Geraldo, 2) Área de Proteção Ambiental Campinas, 3) Centro e Vila Industrial e 4) John Boyd Dunlop. Tais zonas são “porções do território destinadas à preservação, valorização e salvaguarda dos bens e atividades culturais, quanto os espaços e estruturas que dão suporte a esses bens e ao patrimônio imaterial” (CAMPINAS, 2018, p. 10). Coincidentemente, as ZEPEC's Centro-Vila Industrial e John Boyd Dunlop são territórios violentos, como veremos adiante.

O documento do PCULT frisa duas metas estruturantes sem as quais as demais metas elencadas no plano para os próximos 10 anos estarão comprometidas: criação de um sistema municipal de financiamento à cultura, com aumento da verba destinada à pasta, e reestruturação administrativa da Secretaria Municipal de Cultural. Os eixos estruturantes do plano são: I Da Institucionalização das Políticas Culturais e da Participação Social, II Da Infraestrutura Cultural e do Espaço Urbano, III Do Patrimônio e da Memória, IV Da Formação, da Mediação e da Difusão Cultural e V Do Fomento e da Economia da Cultura.

Damos destaque à meta 13 do eixo IV sobre a reativação da Escola Municipal de Cultura e Arte (EMCEA), cujo não funcionamento é inadmissível diante da oferta de profissionais qualificados para as artes na cidade. Chamamos atenção à diferenciação, no eixo V, entre as metas 16 – Cidadania Cultural – voltada às culturas periféricas, populares e de base comunitária, e a meta 17

¹⁰ Disponível em: <https://cartacampinas.com.br/tag/forum-permanente-de-cultura-de-campinas/> e <https://campinas.com.br/cultura/2020/06/forca-tarefa-do-forum-de-cultura-de-campinas-auxilia-artistas-no-credenciamento-do-edital-da-prefeitura/>.

¹¹ Ressalvamos algumas críticas no que tange a valorização dos interesse dos setores imobiliário e de transporte no Plano Diretor Estratégico de Campinas, aprovado em 2018.

– Fomento às Linguagens Artísticas – a qual parece estar assentada na concepção de que os artistas ligados às linguagens são uma elite desvinculada das culturas populares e de base comunitária, concepção esta que os artistas contemporâneos vêm modificando cada vez mais.

No documento do PCULT, a ênfase na valorização da diversidade cultural e artística da cidade fica clara, como no trecho: “O Plano tornou sobrejacente essas muitas descendências, essas muitas influências artístico-culturais, aquilo que nem sempre olhamos, mas que nem por isso deixa de existir, colocando-as em evidência” (CAMPINAS, 2020 (a), p. 15).

Nesse propósito também se pautou a constituição do Conselho de Política Cultural da cidade. No texto da lei, que institui o novo conselho, fica evidente como se classificou as câmaras setoriais, a base de representação, de cada uma das 38 vagas de conselheiros(as) de cultura e como se define as linguagens e manifestações consideradas. Metade das cadeiras é ocupada pela sociedade civil assim distribuída:

a) 3 (três) representantes eleitos na Câmara Setorial das Artes, composta dos segmentos artísticos, entre eles: teatro, dança, circo, música, literatura, livro e leitura – abrangendo bibliotecas, escritores e saraus -, artes visuais - abrangendo artes plásticas, artes gráficas e fotografia -, audiovisual - abrangendo cinema, vídeo, animação, games e cineclube -, artes de rua e outras linguagens artísticas;

b) 3 (três) representantes eleitos na Câmara Setorial da Cidadania Cultural, composta de movimentos culturais de afirmação de direitos e identidades e de culturas de base comunitária, tais como LGBT, funk, hip-hop, pessoas com deficiência, cultura digital, midiativistas, pontos de cultura e outros afins;

c) 3 (três) representantes eleitos na Câmara Setorial das Culturas Populares Tradicionais, composta de celebrações, manifestações, expressões, lugares, modos de saber e fazer tradicionais das comunidades de terreiros, matrizes africanas, culturas indígenas, culturas ciganas, culturas com práticas sociais e culturais fundamentadas na oralidade, ancestralidade, costumes e modos de viver dos povos, grupos e comunidades locais;

d) 2 (dois) representantes eleitos na Câmara Setorial de Memória e Patrimônio Material e Imaterial, composta de espaços e iniciativas museológicas e de memória, arquivos, centros de referência, bibliotecas, patrimônio material, registros de patrimônio imaterial da cidade de Campinas, bem como jongo, capoeira e outros que virão e espaços e movimentos autodeclarados de ação em memória e museologia social,

sendo uma das cadeiras destinada exclusivamente ao patrimônio imaterial;
e) 7 (sete) representantes eleitos nas câmaras territoriais;
f) 1 (um) representante de entidades de pesquisa, abrangendo centros de formação e gestão cultural, institutos, grupos de pesquisa e universidades (CAMPINAS, 2020 (c), p. 187).

As 19 cadeiras restantes são ocupadas pelo poder público municipal assim distribuídas: o secretário municipal de Cultura; 9 representantes da Secretaria Municipal de Cultura; 2 representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos; 1 representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo; 1 representante da Secretaria Municipal de Finanças; 1 representante da Secretaria Municipal de Educação; e 4 representantes dos servidores públicos municipais do quadro efetivo da Secretaria Municipal de Cultura, eleitos entre seus pares (CAMPINAS, 2020 (c), p. 187).

Em janeiro de 2021 houve a eleição para o novo conselho de cultura de Campinas, com 324 votantes. Quanto à representatividade das 7 Câmaras Territoriais, embora a lei provoque a representação territorial, houve praticamente uma chapa candidata por território e pouquíssimos votantes para cada região, numa média de três eleitores para cada região, exceto em Barão Geraldo, com 26 eleitores e a região Oeste e Nova Aparecida, com 11 eleitores. A Câmara Setorial de Artes, a que inclui os artistas de elite (de acordo com minha análise da lógica do PCULT), contou com o maior número de votantes, 133 eleitores, e elegeu três representantes. Também elegeu três representantes a Câmara Setorial de Cidadania Cultural, com 94 votantes. A Câmara Setorial de Culturas Populares elegeu três representantes com 21 votantes e a Câmara de Memória e Patrimônio elegeu dois representantes com 10 votantes. A Câmara Setorial de Pesquisa, com 13 votantes, elegeu um professor de ciência política da UNICAMP (CAMPINAS, 2021, p. 2).

Fugiu ao escopo deste artigo levantar e analisar as propostas políticas das chapas dos novos conselheiros eleitos e a que segmento artístico os/as mesmos/mesmas mais se vinculam. Há uma grande expectativa da classe artística campineira na potencialidade de governança participativa que esse novo conselho possui. Nossa esperança é que a segregação cultural de Campinas seja, no mínimo, diminuída nos próximos 10 anos. Assim, abaixo

lançamos luzes para os territórios violentos de Campinas, seus agentes culturais e a sobrevivência deles, em 2020, no contexto pandêmico e político brasileiro, com o intuito de colocar em relevo as demandas de agentes que estão trabalhando com artes cênicas em territórios marginalizados da cidade.

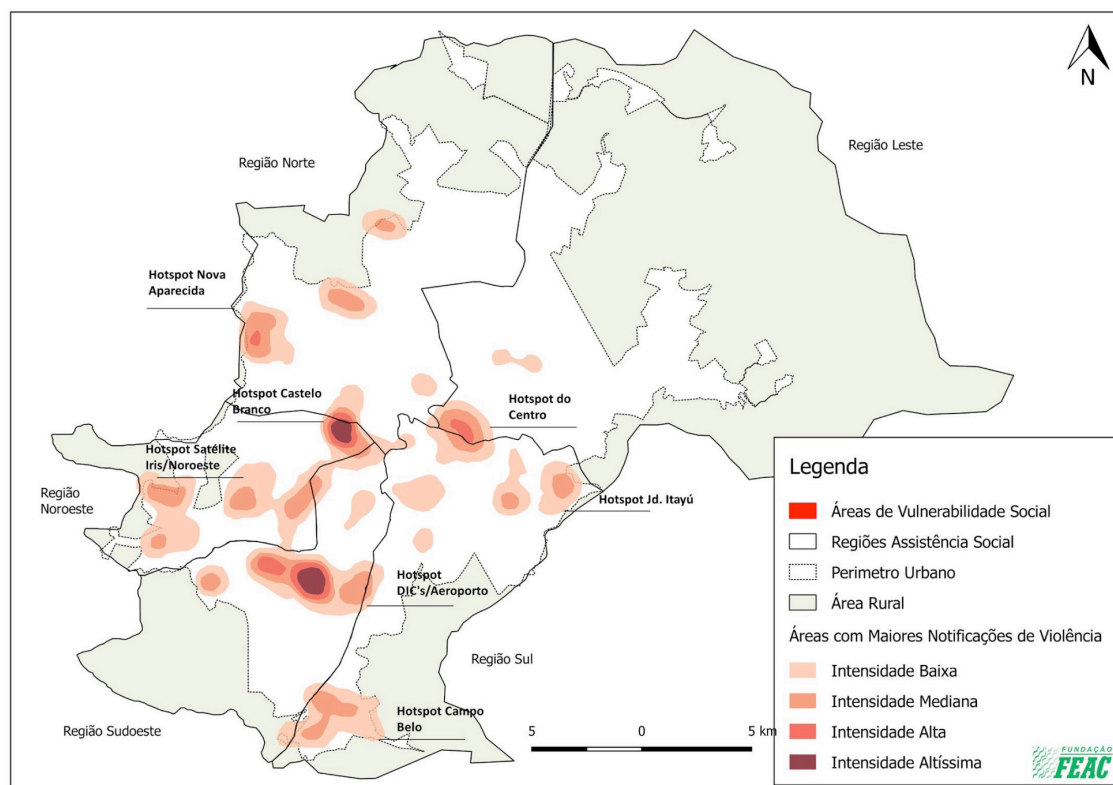
ARTES CÊNICAS EM TERRITÓRIOS VIOLENTOS DE CAMPINAS

Campinas não é uma cidade só. São várias as cidades que se encontram e desencontram naquela que foi uma das últimas do Brasil a abolir a escravidão. Sua organização espacial deixa clara a diferença da realidade de uma região para outra. De um lado da Rodovia Anhanguera estão as melhores escolas, os equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer. Do outro, as ausências.

“Campinas nos impõe definir desde muito cedo de que lado você vai sambar, de que lado você vai caminhar”, afirma a historiadora Alessandra Ribeiro Martins, [...] gestora da Casa de Cultura Fazenda Roseira. “Há um território, uma divisão espacial, muito expressiva. A cidade foi sendo desenhada e a população foi sendo colocada no lugar que alguns achavam que era adequado. A vida de quem está de um lado da Anhanguera é bem diferente da de quem está do outro.” (IBERCULTURAVIVA, 2015).

A partir do estudo da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC, 2019), fomos à busca de agentes culturais que estivessem executando atividades de artes cênicas nos territórios mais violentos de Campinas. Escolhemos as regiões dos DIC's (Distritos Industriais de Campinas), do Castelo Branco, do Centro e da Nova Aparecida por, segundo a análise da FEAC, serem as regiões de intensidade altíssima e alta de notificações de violência (homicídios dolosos).

Mapa das áreas de concentração dos homicídios de Campinas, 2011 a 2017



“Fonte: Secretaria de Segurança Pública de São Paulo - Elaborado pela Fundação FEAC” (FEAC, 2019, p. 9).

A princípio, havia uma infinidade de opções para a escolha dos agentes a serem entrevistados: pesquisa na plataforma Mapa Cultural de Campinas¹², ONG's, professoras e professores de artes de escolas públicas desses bairros, equipamentos públicos de cultura, indicação pela rede de artistas locais, projetos de extensão universitária, etc. Optamos por um entrecruzamento entre Mapa Cultural, equipamentos culturais públicos listados no PCULT e indicação através de conhecidos artistas da cidade.

Por fim, escolhemos entrevistar¹³ alguns agentes culturais cujos trabalhos estão voltados à linguagem das artes cênicas e que atuam, ou

¹² Disponível em: <http://mapacultural.campinas.sp.gov.br/>. Pesquisamos o Mapa Cultural de Campinas, mas muitos agentes e espaços culturais, talvez preocupados com sua segurança, não indicam sua localização no mapa de Campinas, o que dificultou nossa análise geográfica através dessa ferramenta do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Além disso fazemos coro à crítica, feita por Júlia Hernandes (2020) de que estas localizações não são facilmente intercambiáveis para outras bases de mapas para análises, comparações e aperfeiçoamentos.

¹³ Todas as entrevistas foram realizadas e gravadas depois do consentimento livre e esclarecido sobre os objetivos e métodos da pesquisa, os quais foram expostos pela

atuaram, em espaços culturais localizados nas regiões mais violentas de Campinas. Os espaços culturais elencados foram a Casa de Cultura Andorinhas, na região dos DIC's, a Casa de Cultura Fazenda Roseira, na região do Castelo Branco, a Sala dos Toninhos, no Centro, e o Centro Cultural Maria Monteiro, na região Nova Aparecida. Com exceção do Centro Cultural Maria Monteiro, os outros três espaços culturais escolhidos ficam nas margens das áreas de concentração de homicídios mostradas no mapa acima.

A Casa de Cultura Andorinhas, no DIC I, e o Centro Cultural Maria Monteiro, na Vila Padre Anchieta (distrito de Nova Aparecida), são equipamentos culturais da prefeitura de Campinas. A Casa de Cultura Andorinhas é uma casa de aproximadamente 50 m², que fica dentro do Bosque Augusto Ruschi, e está subordinada à Coordenadoria de Ação Cultural. Esse bosque municipal é frequentado por crianças e seus responsáveis, adultos para caminhadas e, também, usuários de drogas. Desde 2019 essa área de preservação ambiental ficou sem vigilante, o que, somado à pandemia, em 2020, afastou as mulheres e crianças que frequentavam o lugar. O entorno do bosque registra altos índices de roubos e furtos, principalmente à noite. A Casa de Cultura Andorinhas, fundada em 1991, inicialmente era uma biblioteca. Hoje, além de um pequeno acervo de livros, oferece acesso livre à internet, através de computadores instalados no local, atividades voltadas à terceira idade, saraus, apresentações teatrais e cursos de cultura popular. As equipes profissionais da Casa de Cultura e do Centro de Convivência e Cooperação "Tear das Artes" (equipamento público de saúde) realizaram diversas atividades em parceria e com a comunidade das regiões dos DIC's e de Viracopos. Já o Centro Cultural Maria Monteiro, é um equipamento público municipal bem maior que fica no bairro central do distrito de Nova Aparecida, outra região com altos índices de criminalidade. Este complexo está vinculado à Coordenadoria Setorial de Teatros e Auditórios da Secretaria de Cultura e possui um teatro, com palco italiano e capacidade para 176 pessoas, e um salão social, que comporta 500 pessoas. O espaço é muito utilizado pela comunidade local que frequenta os eventos e cursos artísticos, terapêuticos e

pesquisadora e no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado por cada um dos/as entrevistados/as e pela pesquisadora em comum acordo de colaboração.

educacionais ofertados por funcionários públicos, artistas locais, agremiações e associações civis e religiosas.

Benê de Moraes, servidor público municipal e agente cultural, foi gestor durante muitos anos do antes chamado Centro de Convivência Cultural da Vila Padre Anchieta e trabalha, há oito anos, na Casa de Cultura Andorinhas. Benê foi um dos nossos entrevistados. Ele é morador já tradicional da região dos DIC's, é fundador e diretor do Grupo Savuru¹⁴, que atua com artes cênicas e cultura popular, e possui vasta experiência em promoção de ações culturais em bairros ditos violentos.

A Casa de Cultura Fazenda Roseira é uma antiga sede de fazenda que foi ocupada pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro e hoje é cogerida pela Prefeitura e pela associação, a qual é composta, em sua maioria, por mulheres negras. A proposta de ação cultural da Casa se baseia em visitas monitoradas, realização de festejos e oferta de oficinas em escolas, universidades e em sua sede, ações essas sempre voltadas à perspectiva afro-brasileira (Comunidade Jongo Dito Ribeiro, [2015]). A sede é uma pequena fazenda na região noroeste de Campinas, território próximo à Avenida John Boy Dunlop e a um dos campus da PUC Campinas, região que vem se modificando muito rapidamente na última década devido à construção de complexos de condomínios residenciais murados. Próximo à Casa de Cultura Fazenda Roseira, na Vila Castelo Branco, temos a Casa de Cultura mais antiga de Campinas, a Tainã, espaço cultural referência nacional na formação de instrumentistas de tambores de aço. Como a Casa de Cultura Tainã está mais voltada para a linguagem musical, optamos por priorizar as ações de artes cênicas da Casa de Cultura Fazenda Roseira. Toda essa região é dominada pelos traficantes de droga, mas há diferenças de criminalidade entre os bairros. Por exemplo, na Vila Castelo Branco é proibido, pelos traficantes, vender crack e roubar ou furtar os moradores locais. Furtos ocorrem noutros bairros próximos, como na Fazenda Roseira, local que corriqueiramente sofre com furtos em suas instalações.

¹⁴ Para um estudo da atuação do grupo Savuru a partir da cartografia social, ver: PLÁCIDO, 2018a, 2018b.

Conseguimos entrevistar duas representantes da Comunidade Jongo Dito Ribeiro. Luanda Sant'Ana, graduanda do curso de Artes Cênicas da Universidade Federal da Grande Dourados, coordenadora de vários projetos de artes cênicas da Comunidade Jongo Dito Ribeiro e, também, responsável por algumas ações do Núcleo de Teatro da Casa de Cultura Tainã. Alessandra Ribeiro Martins, mestre e liderança da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, historiadora e doutora em Urbanismo e coordenadora da pós-graduação em Matriz Africana da UNIVIDA, Campinas.

A terceira região focada, dados os indicadores de criminalidade, foi o Centro. Aqui escolhemos o teatro de bolso Sala dos Toninhos, localizado na margem da primeira ferrovia de Campinas e dentro da Estação Cultura, complexo cultural tombado como patrimônio histórico e gerido pela prefeitura. A Sala dos Toninhos foi criada a partir da ocupação, realizada por um coletivo chamado Rede Usina Geradora de Cultura, de um prédio da Estação Cultura. Assim como a Usina Geradora, outros coletivos ocupam a Estação Cultura, como o movimento hip hop, Salvaguarda da Capoeira, Ateliê da Estação, além de inúmeros grupos, sobretudo de dança e teatro, que usam as salas e a plataforma da Estação para ensaios e treinos. A Rede foi formada em 2013 e hoje é composta pelos seguintes grupos: Grupo Evolução (teatro); Grupo Carcaça (teatro); Ponto de Cultura NINA (teatro e Cultura Viva Comunitária); Família Eclipse (dança); Atelier da Estação (artes plásticas); Central do Rock (música independente); Núcleo de Cinema Experimental (áudio visual); Ruffneck Sound System (cultura periférica); Estúdio Jaboticaba (produção musical); Coletivo Socializando Saberes (comunicação livre e independente). Até março de 2020, a Rede produziu vários eventos sempre com muito sucesso de público devido, principalmente, a sua localização, a divulgação dos grupos envolvidos e à divulgação nos canais de notícias da prefeitura. Embora esse teatro esteja localizado dentro da Estação Cultura e conte com os serviços de segurança do complexo cultural, já houve vários furtos e tentativas de furtos de equipamentos e materiais dos grupos que utilizam o espaço. Além disso, os ocupantes da Sala dos Toninhos lidam, às vezes, com moradores de rua, mas não diretamente com situações de violência.

Entrevistamos Everaldo Cândido, ator, produtor cultural e gestor do Ponto de Cultura NINA - Associação Núcleo Interdisciplinar de Narradores e

Agentes Culturais e da Rede Usina Geradora de Cultura / Sala dos Toninhos. Evê, como é chamado, junto com outros integrantes da NINA foi um dos idealizadores da ocupação da Estação Cultura como um local permanente para apresentações e atividades formativas em artes cênicas, cultura comunitária e periférica.

As entrevistas, para este artigo, seguiram um roteiro no qual perguntamos sobre a continuidade, adaptação e dificuldades de manutenção das ações relacionadas às artes cênicas propostas por esses agentes culturais nesses espaços no ano de 2020. Depois pedimos as opiniões dos colaboradores sobre a Lei Aldir Blanc (LAB), o Plano de Cultura de Campinas (PCULT) e a eleição do Conselho de Políticas Culturais de Campinas. Finalmente solicitamos sugestões para sanar as dificuldades que os/as entrevistados/as constatam para o desenvolvimento das artes cênicas nesses territórios de Campinas.

Com relação à continuidade das atividades artísticas e culturais: Benê de Moraes organizava saraus mensais no Bosque do DIC I e ofertava, junto com integrantes do seu Grupo Savuru, uma oficina de teatro e danças populares que ocorria aos sábados na Casa de Cultura Andorinhas. Com a pandemia, ele adaptou o evento “Sarau do Bosque” para um evento *online*, o “Sarau da Comunidade”, transmitindo as apresentações artísticas por *lives* no *Facebook*. Esse evento ocorreu 18 vezes em 2020. A mudança, no princípio, atraiu bastante a comunidade dos bairros assistidos pela Casa de Cultura e pelo Tear das Artes, mas, nos últimos eventos teve menos acessos. Por outro lado, artistas moradores de bairros e cidades mais distantes se apresentaram *online*, houve um público mais disperso territorialmente e a frequência de realização do sarau aumentou. Quanto às oficinas de teatro e danças populares, de um total de 30 participantes no início de 2020, apenas seis pessoas voltaram a frequentar o curso em 2021. Esses/as alunos/as propuseram a Benê o retorno aos ensaios do espetáculo que estavam montando, mas a Casa de Cultura não voltou a convidar participantes para a oficina cultural devido ainda, no início de 2021, à situação calamitosa da pandemia do COVID-19 na cidade e no Brasil.

Luanda Sant’Ana relatou que a Comunidade Jongo Dito Ribeiro chegou a devolver os ingressos já comprados da Feijoada das Marias do Jongo, festa

que seria realizada em 22 de março de 2020 na Fazenda Roseira. Os eventos já tradicionais da Casa de Cultura foram realizados em outros formatos via *internet* e alcançaram um público menor do que a quantidade de pessoas que frequentavam as festas na Fazenda Roseira. Os integrantes da comunidade usaram também o tempo de recolhimento social para aprimoramentos em suas formações e ações como educadores, artistas e ativistas.

Everaldo Cândido, disse que as atividades da Sala dos Toninhos foram totalmente paralisadas. Ele usou o tempo de reclusão para organizar o portfólio do coletivo, do espaço cultural e a narrativa sobre o Ponto de Cultura NINA, além de ter elaborado projetos que concorreram aos editais de cultura.

Quanto às opiniões dos/as entrevistados/as em relação ao movimento político da classe artística campineira nos últimos anos, que culminou com a promulgação do PCULT, com a eleição do Conselho de Políticas Culturais e com acompanhamentos e demandas relacionados aos repasses da Lei Aldir Blanc, Benê de Moraes nos diz que participou das conferências e das reuniões de câmaras territoriais durante o processo de construção do PCULT. No entanto, não se cadastrou como eleitor no processo eleitoral para o novo conselho de cultura por discordar do método da eleição, no qual ele, por ser funcionário público, só poderia votar em um candidato para a cadeira dos representantes dos funcionários da Secretaria Municipal de Cultura e por achar que toda a população de Campinas deveria poder votar para o Conselho de Políticas Culturais.

Grande parte da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, na eleição do novo conselho, defendeu candidaturas da Câmara Setorial de Culturas Populares. Ambas as integrantes da Comunidade que foram entrevistadas valorizam tanto o projeto coletivo contido no PCULT quanto a configuração que almeja ser democrática, propositiva e deliberativa no Conselho de Políticas Culturais de Campinas. Alessandra Ribeiro, sobre a Lei Aldir Blanc, faz a seguinte avaliação:

A Lei Aldir Blanc foi a iniciativa nacional que evidenciou que é possível voltar a ter unidade nas bases populares, culturais e sociais brasileiras. Foi uma construção bem ampla. Então, quando partidos de esquerda discutem a necessidade de se fazer uma Frente Ampla, eu penso que ela se evidenciou a partir da Lei Aldir Blanc, pela discussão ampliada que ela provocou nacionalmente na política,

como também evidenciou que a Cultura, apesar de ser tão má conduzida e valorizada neste cenário político, ela é ainda o que une as pessoas. [...] Evidenciou que a Cultura ainda é o que une, aproxima e consolida iniciativas conjuntas, transversais e plurais no Brasil inteiro (Alessandra Ribeiro¹⁵).

De fato, a cultura é um campo fértil para o encontro para a construção coletiva de um projeto comum. A questão é ter claro as forças a favor e contra essa vocação da arte.

Everaldo Cândido elogia a forma como o então Conselho de Cultura conquistou junto à Secretaria de Cultura que os repasses da Lei Aldir Blanc estivessem atrelados mais às trajetórias artísticas e culturais dos agentes e dos espaços do que casadas a contrapartidas de produção durante a pandemia. Ele nos diz que votou, na eleição do novo conselho, em candidaturas da Câmara Setorial de Cidadania Cultural. O Ponto de Cultura NINA e outros integrantes da Rede Usina Geradora ganharam vários prêmios da Lei Aldir Blanc, sendo um PROAC¹⁶ para a estruturação técnica da Sala dos Toninhos. Na época da entrevista, a Sala dos Toninhos estava começando a passar por uma reforma total (pintura, elétrica, telhado, jardim) com vistas à reabertura pós pandemia.

Finalmente, sobre as sugestões para o desenvolvimento das artes cênicas nos territórios onde atuam, reproduzimos as falas dos/as colaboradores/as dessa pesquisa:

A gente cuida de um território para transformações. [...] Esse espaço aqui (Estação Cultura) é uma pérola para a Secretaria de Cultura. Estamos aqui há sete anos e há sete anos eles não vêm isso (Everaldo Cândido¹⁷).

Evê diz que “pessoas para transformarem tem”, mas aponta que falta investimento do poder público na Estação Cultura, por exemplo, para a manutenção daquele patrimônio material. O ator fala também da necessidade da classe artística se unir para revalorizar e ocupar artisticamente o complexo da Estação Cultura. Tal território é um campo de disputa simbólica entre a cultura e a especulação imobiliária, o que também é um problema da Fazenda

¹⁵ Entrevista concedida à autora em 20 fev. 2021 via *Whatsapp*.

¹⁶ Programa de Ação Cultural, editais de incentivo à cultura do Estado de São Paulo.

¹⁷ Entrevista concedida à autora em 09 fev. 2021, na Estação Cultura.

Roseira. No caso do complexo da Estação Cultura, há uma tensão para a construção de, por exemplo, shoppings nos prédios tombados, já na Casa de Cultura Fazenda Roseira, corre-se o risco de cercamentos dos empreendimentos imobiliários e privatizações das vias de mobilidade pública no entorno do equipamento de cultura, dificultando seu acesso por parte de toda população.

Luanda Sant'Ana enumera que faltam políticas públicas culturais que cheguem ao território da região noroeste e falta continuidade de fomento governamental das ações artísticas e culturais iniciadas pelos agentes culturais.

Eu acho que quando o poder público assume esse papel, ele possibilita a esses agentes, essas Casas de Cultura, esses Pontos de Cultura, terem um mínimo possível para poder executar as ações que são desenvolvidas diante desse cenário que nos coloca numa situação muito difícil. Porque quando estamos nesses lugares com essas vulnerabilidades, temos que pensar as nossas ações, a nossa segurança, temos que pensar aquilo que o poder público não faz. E isso acaba gerando pra gente uma demanda desnecessária (Luanda Sant'Ana¹⁸).

A Casa de Cultura Fazenda Roseira foi novamente furtada no início de 2021. A casa não conta com guardas municipais e o mato em volta da sede raras vezes é cortado pela Prefeitura.

Finalmente, para Benê de Moraes faltam políticas multissetoriais e gestão pública compartilhada com a comunidade para esses territórios com altos índices de vulnerabilidade social e de violência:

Só política cultural não resolve esse território. Tem a questão da moradia, tem a questão da saúde... Eu acho que tem que trabalhar todo mundo junto. Eu sou muito a favor a isso. [...] Por exemplo, você conhece um professor, conhece outro, conhece outro... e a discussão tem que ser junto. [...] O grande problema é que esse povo foi muito esquecido. Só foi pensado. Pensaram: vou colocar esse povo em tal lugar para trabalhar. Não se pensou em saúde, lazer... Não se pensou em nada disso para esse povo (Bene de Moraes¹⁹).

¹⁸ Entrevista concedida à autora em 11 fev. 2021 via *Google Meet*.

¹⁹ Entrevista concedida à autora em 10 fev. 2021, na Casa de Cultura Andorinhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sabido que quando o mercado se apropriou da produção cultural dos artistas e quando o aprimoramento do fazer artístico passou a ser legitimado, em grande medida, pela academia ocorreram cisões de acesso entre ricos e pobres, entre brancos e negros, entre capital e interior, entre norte e sul etc. Campinas é um protótipo dessa cisão que não só se explicita territorialmente como também é vista na diferença de linguagem artística dos de Barão Geraldo, formados pela UNICAMP, e dos das demais regiões da cidade.

Aqui temos um agravante, a total falta de uma política pública de cultura consistente. É evidente que o orçamento da cultura no município é ínfimo e cada vez menor nas últimas gestões. A sobrevivência tem sido provocada pela sociedade civil campineira, especificamente a classe artística, a qual tem um acervo cultural imenso devido, dentre outros motivos, tanto à formação ofertada pela UNICAMP quanto pela tradição da população afrodescendente campineira que foi direcionada para o outro lado da cidade.

Estão do outro lado da cidade os bairros mais violentos de Campinas. A partir das contribuições dos/as entrevistados/as neste trabalho salta aos olhos não só a falta de recursos para a Cultura, mas também a falta de comprometimento com a construção robusta de uma política cultural e social por parte das gestões governamentais.

Novamente parece que as soluções serão dadas pela criatividade, amor e garra da classe artística no que faz. Há perspectivas com o PCULT e o novo conselho de políticas culturais que os lados de Campinas finalmente se juntem artística e culturalmente. A luta não será fácil dado o contexto político brasileiro. Será necessária muita maturidade da classe artística campineira para deixar os pequenos interesses de disputa de um mercado para suas produções, mercado esse muito circunstancial e frágil, para o planejamento de um modo de produção e circulação cultural para o município que se sustente a longo prazo não só economicamente, mas em trocas profissionais, afetivas, de festa e de aprendizagens. Botemos energia para que isso aconteça, no caso aqui, através deste estudo e documentação. Axé!

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Teresa. **O Teatro no Interior Paulista**. Do TEC ao Rotunda, um ato de amor. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992.

CAMPINAS. Lei complementar nº 189, de 08 de janeiro de 2018. Dispõe sobre o Plano Diretor Estratégico do Município de Campinas. **Diário Oficial do Município de Campinas**, Poder Executivo, Campinas/SP, 09 de janeiro de 2018. Nº 11.754 - Ano XLVII.

CAMPINAS. Lei nº 15.997, de 7 de outubro de 2020. Institui o Plano Municipal de Cultura de Campinas. **Diário Oficial do Município de Campinas**, Poder Executivo, Campinas/SP, 08 de outubro de 2020 (a). Nº 12.436 - Ano XLIX, p. 1 - 183.

CAMPINAS. Lei nº 15.998, de 7 de outubro de 2020. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Campinas e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Campinas**, Poder Executivo, Campinas/SP, 08 de outubro de 2020 (b). Nº 12.436 - Ano XLIX, p. 184 - 186.

CAMPINAS. Lei nº 15.999, de 7 de outubro de 2020. Institui o Conselho Municipal de Política Cultural e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Campinas**, Poder Executivo, Campinas/SP, 08 de outubro de 2020 (c). Nº 12.436 - Ano XLIX, p. 186 - 188.

CAMPINAS. Edital de Convocação para Realização da Eleição do Conselho Municipal de Política Cultural do Município de Campinas. Ata de Apuração da Eleição. **Diário Oficial do Município de Campinas**, Poder Executivo, Campinas/SP, 03 de fevereiro de 2021.

CAMPINAS.COM.BR. **Força-tarefa do Fórum de Cultura de Campinas auxilia artistas no credenciamento do edital da Prefeitura**. 05 jun. 2020. Disponível em: <https://campinas.com.br/cultura/2020/06/forca-tarefa-do-forum-de-cultura-de-campinas-auxilia-artistas-no-credenciamento-do-edital-da-prefeitura/>. Acessado em: 07/02/2021.

CARTA CAMPINAS. **Tag archives: Fórum Permanente de Cultura De Campinas**. Disponível em: <https://cartacampinas.com.br/tag/forum-permanente-de-cultura-de-campinas/>. Acessado em: 07/02/2021.

CASA DE CULTURA TAINÃ. Disponível em: <http://www.taina.org.br/#>. Acessado Em 18/02/2021.

COMUNIDADE JONGO DITO RIBEIRO. **Casa de Cultura Fazenda Roseira**. [2015]. Disponível em: <https://comunidadejongoditoribeiro.wordpress.com/casa-de-cultura-fazenda-roseira/>. Acessado em: 18/02/2021.

CUNHA, José Marcos Pinto; FALÇÃO, Camila Areias (orgs). **Campinas metropolitana: diversidades socioespaciais na virada para o século XXI**. Campinas/SP: Librum Editora, 2017.

FACEBOOK. **Fórum Permanente de Cultura de Campinas**. [2021]. Disponível em: <https://m.facebook.com/ForumdeCulturadeCampinas/>. Acessado em: 07/02/2021.

FALCARI, Gisele. Fazenda Roseira: quando a senzala toma a casa grande. **Afreaka**. Disponível em: <http://www.afreaka.com.br/notas/fazenda-roseira-quando-senzala-toma-casa-grande/>. Acessado em: 18/02/2021.

FECAMTA - Federação Campineira de Teatro Amador. **Ata de Fundação, Eleição, Posse da Diretoria e Aprovação dos Estatutos**. Lavrada por Benedito Rodrigues Gouvêa. Mimeo. Campinas, 29 de maio de 1968.

FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas. **Mapa da Violência de Campinas** – Diagnóstico Socioterritorial. Campinas, outubro de 2019. Disponível em: <https://www.feac.org.br/wp-content/uploads/2019/12/DIAGNOSTICO-socioterritorial-fundacao-feac.pdf>. Acessado em 23/01/2021.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. Urbanização em Campinas. Como se construiu uma anticidade dispersa, fragmentada, extensiva e segregada. **Arquitextos**, São Paulo, ano 21, n. 248.00, Vitruvius, jan. 2021. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.248/7983>>. Acessado em 24/01/2021.

HERNANDES, Júlia Vilar de Menezes Olmos. **Campinas em rede**: mapeamento de espaços de arte e cultura na cidade. Projeto de Iniciação Científica. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Departamento de Artes Cênicas/IA/UNICAMP, 2020.

IBERCULTURAVIVA. **Casa de Cultura Fazenda Roseira**: um espaço de encontro e resistência em Campinas, 2015. Disponível em: <https://iberkulturaviva.org/portfolio/es-casa-de-cultura-fazenda-roseira-um-espaco-de-encontro-e-resistencia-em-campinas/>. Acessado em: 18/02/2021.

MAPA CULTURAL CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. Disponível em: <http://mapacultural.campinas.sp.gov.br/>. Acessado em 18/02/2021.

MELGAÇO, Lucas. **Securização Urbana**. Da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança. Tese do Dep. Geografia. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2010.

PLÁCIDO, Vera Lúcia dos Santos. **Savuru**: do Grupo ao Movimento. Campinas: PUC, 2018a. Projeto de extensão: Cartografia Social das Comunidades Afrodescendentes de Campinas, vol. 04, n. 04, junho 2018. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/Fasciculo-IV.pdf>. Acessado em: 18/02/2021.

PLÁCIDO, Vera Lúcia dos Santos. **Território e Resistência**: Ações do Grupo Savuru. Campinas: PUC, 2018b. Projeto de extensão: Cartografia Social das Comunidades Afrodescendentes de Campinas, vol. 05, n. 05, outubro 2018. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/FASCICULO-V-vers%C3%A3o-final.pdf>. Acessado em: 18/02/2021.

PLÁCIDO, Vera Lúcia dos Santos. **Comunidade Jongo Dito Ribeiro**. O território na perspectiva da vivência. Campinas: PUC, 2017a. Projeto de

extensão: Cartografia Social das Comunidades Afrodescendentes de Campinas, vol. 01, n. 01, junho 2017. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/Fasc%C3%ADculo-I.pdf>. Acessado em: 18/02/2021.

PLÁCIDO, Vera Lúcia dos Santos. **Comunidade Jongo Dito Ribeiro**. O território na perspectiva da gestão. Campinas: PUC, 2017b. Projeto de extensão: Cartografia Social das Comunidades Afrodescendentes de Campinas, vol. 02, n. 02, outubro 2017. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/Fasc%C3%ADculo-II.pdf>. Acessado em: 18/02/2021.

PLÁCIDO, Vera Lúcia dos Santos. **Comunidade Jongo Dito Ribeiro**. O território na perspectiva da autonomia. Campinas: PUC, 2018. Projeto de extensão: Cartografia Social das Comunidades Afrodescendentes de Campinas, vol. 03, n. 03, fevereiro 2018. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/Fasc%C3%ADculo-III.pdf>. Acessado em: 18/02/2021.

PREFEITURA DE CAMPINAS. **Conselho Municipal de Cultura de Campinas**. [2019]. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/conselho-cultura.php>. Acessado em 07/02/21.

ROXO, Rafael. A formação urbana de Campinas (SP): de pouso à margem do caminho do ouro a lugar mundial. **Geosul**. Florianópolis, v. 35, n. 74, p. 38-63, jan./abr. 2020. <http://doi.org/10.5007/1982-5153.2020v35n74p38>

SENADO FEDERAL. Bolsonaro estende Plano Nacional de Cultura até 2022. **Agência Senado**. 02 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/12/02/bolsonaro-estende-plano-nacional-de-cultura-ate-2022>. Acessado em 07/02/2021.